

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Em seu caderno de provas, caso haja item(ns) que avalie(m) **conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVAS OBJETIVAS --

-- CONHECIMENTOS GERAIS --

Analisando-se a literatura produzida sobre justiça restaurativa desde o final da década de 70 do século passado, verifica-se que há diferentes abordagens, produzidas por estudiosos dos mais diversos campos do conhecimento (filosofia, psicologia social, antropologia, ciências jurídicas, pedagogia, assistência social, entre outros), incluídos acadêmicos, facilitadores de justiça restaurativa, servidores públicos e entusiastas da justiça restaurativa que buscam disseminar e fortalecer a sua implementação em nível institucional.

Dada essa pluralidade de abordagens, surgiram diversas definições de justiça restaurativa na literatura ao longo das últimas décadas, razão pela qual alguns autores atuais apontam que o conceito de justiça restaurativa ainda estaria “em aberto”. Contudo, parece haver na literatura certo consenso de que tal pluralidade seria algo positivo, por possibilitar a adaptação do conceito a diferentes contextos culturais. Alguns autores também sugerem que a justiça restaurativa seria um conceito “guarda-chuva”, ou seja, um conceito que abarca uma vasta gama de formulações, desde que sejam conservados os elementos essenciais da justiça restaurativa.

Fernanda Carvalho Dias de Oliveira Silva. *A experiência e o saber da experiência da justiça restaurativa no Brasil* práticas, discursos e desafios. São Paulo: Blucher, 2021, p. 37-38 (com adaptações).

A respeito das ideias e de aspectos discursivos e linguísticos do texto precedente, julgue os itens subsequentes.

- 1 A substituição da forma verbal “há” (primeiro parágrafo) por **existe** preservaria a correção gramatical e os sentidos do texto.
- 2 A vírgula empregada após a palavra “positivo” (segundo período do segundo parágrafo) poderia ser eliminada sem prejuízo da correção gramatical e das relações coesivas do texto.
- 3 O tema central do texto é o conceito de justiça restaurativa, cujos elementos essenciais são detalhados no texto com o objetivo de apresentar ao leitor uma proposta de definição desse conceito.
- 4 No texto, o vocábulo “certo” (segundo período do segundo parágrafo) está empregado como pronome indefinido, com sentido equivalente ao de **algum**.
- 5 Sem prejuízo da correção gramatical e dos sentidos do texto, o segmento “desde que sejam conservados os elementos essenciais da justiça restaurativa” (final do segundo parágrafo) poderia ser reescrito da seguinte forma: **uma vez que à justiça restaurativa conserve-se os elementos essenciais à ela**.
- 6 Segundo as informações do texto, o fim da década de 70 do século passado marcou o início da abordagem do conceito de justiça restaurativa em diferentes áreas do saber.
- 7 No texto, a autora sugere tratar a justiça restaurativa como um conceito “guarda-chuva”, isto é, aplicável a várias formulações, devido à existência de diferentes definições desse instituto na literatura.
- 8 No primeiro parágrafo, o referente da forma pronominal “sua” é “justiça restaurativa”.

De acordo com o **Plano das Nações Unidas sobre Discursos de Ódio**, a prática do discurso de ódio se caracteriza como um tipo de comunicação falada, escrita ou comportamental que ataca ou utiliza linguagem pejorativa ou discriminatória em referência a uma pessoa ou grupo, com base em fatores de identidade, como religião, etnia, gênero, entre outros. Diferentemente da desinformação (prática não intencional de compartilhamento de informações imprecisas), ou da distribuição intencional de informações falsas com o intuito de provocar dano, o discurso de ódio se expressa de forma violenta contra grupos delimitados.

O discurso de ódio *online* pode ser reproduzido em diferentes formatos, mas geralmente contém características típicas do meio digital, como o anonimato do(a) autor(a), o alcance expandido do ataque, a instantaneidade da mensagem e a formação de comunidades em torno do discurso.

Eduardo Georjão Fernandes e Valentina Fonseca da Luz. *O papel das políticas públicas no combate ao discurso de ódio na Internet*. Internet: <agenciagov.ebc.com.br> (com adaptações)

Considerando aspectos linguísticos do texto precedente e as ideias nele veiculadas, julgue os itens que se seguem.

- 9 O texto informa que discursos de ódio são um tipo de comunicação que se materializa de modo violento e que ataca uma pessoa ou grupos específicos.
- 10 Sem prejuízo da correção gramatical e dos sentidos originais do texto, o trecho “De acordo com o **Plano das Nações Unidas sobre Discursos de Ódio**, a prática do discurso de ódio se caracteriza como um tipo de comunicação falada, escrita ou comportamental” (primeiro parágrafo) poderia ser reescrito da seguinte forma: **Segundo o Plano das Nações Unidas sobre Discursos de Ódio, caracteriza-se essa prática como um tipo de comunicação (falada, escrita ou comportamental)**.
- 11 No trecho “em referência a” (primeiro período do texto), a inserção do sinal indicativo de crase no vocábulo “a” seria gramaticalmente incorreta.
- 12 O emprego do presente do indicativo ao longo do texto indica a intenção dos autores de descrever eventos que ocorriam no momento da produção do texto.
- 13 A oração “mas geralmente contém características típicas do meio digital” (segundo parágrafo) revela uma opinião dos autores, haja vista o emprego do advérbio “geralmente”, que, nesse caso, denota totalidade.
- 14 Os termos “da desinformação” (segundo período do primeiro parágrafo) e “de comunidades em torno do discurso” (final do segundo parágrafo) desempenham, nas orações em que respectivamente ocorrem, a mesma função sintática.

Julgue os seguintes itens com base na Lei n.º 8.112/1990, que estabelece o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais, e na Lei n.º 9.784/1999, que dispõe sobre o processo administrativo federal.

- 15 O servidor público não pode participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, nem exercer o comércio, inclusive na qualidade de acionista, cotista ou comanditário.
- 16 A ação disciplinar por infração punível com suspensão tem prazo de prescrição de dois anos, contados a partir da data em que o fato se tornou conhecido.
- 17 No processo administrativo federal, a edição de atos de caráter normativo é delegável se a administração pública considerar que o interesse público assim o exige.
- 18 No processo administrativo federal, cabe recurso, sem efeito suspensivo, contra o indeferimento de alegação de suspeição.

Com fundamento no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo (Decreto n.º 1.171/1994), na Lei de Improbidade Administrativa (Lei n.º 8.429/1992) e na Lei Anticorrupção (Lei n.º 12.846/2013), julgue os itens a seguir.

- 19 A responsabilidade da pessoa jurídica pela prática de atos contra administração pública é afastada na hipótese de transformação, incorporação, fusão ou cisão societária.
- 20 Para fins de aplicação da Lei de Improbidade Administrativa, é considerado agente público todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por nomeação, designação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, função na administração pública.
- 21 Cabe à comissão de ética a aplicação da penalidade de censura, mediante parecer devidamente fundamentado e assinado por todos os seus integrantes, com ciência do servidor que cometeu a falta.
- 22 A configuração de ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública depende necessariamente da comprovação de que o agente público agiu, no exercício da sua função, com a finalidade de obter proveito ou benefício indevido para si ou para outra pessoa ou entidade.

Espaço livre

Julgue os itens que se seguem, referentes ao raciocínio analítico e à estrutura da argumentação.

- 23 O argumento a seguir é um exemplo de argumento válido, uma vez que a verdade da conclusão está embutida na verdade das premissas.
- “Quando chove na minha rua, ela fica alagada. Minha rua está alagada. Logo, choveu na minha rua.”
- 24 No diálogo a seguir, em que A e B representam duas pessoas que conversam a respeito das palavras empregadas no livro que estão lendo, apesar de a resposta de B ser uma frase cujo conteúdo é sempre verdadeiro, A continuou sem saber o que é um gazebo.
- “A: — O que é um gazebo?
B: — Um gazebo é um gazebo.”
- 25 A argumentação apresentada no raciocínio a seguir é apelativa.
- “Prezados colegas, esperamos que os colegas aprovem o relatório apresentado, pois, nas últimas semanas, a comissão trabalhou com muito afincamento na escrita desse documento.”
- 26 No texto a seguir, a conclusão é estabelecida com base em um raciocínio de natureza abdução.
- “João e Maria são casados. João tem cabelo preto. Maria tem cabelo preto. Logo, os filhos deles também terão cabelo preto.”
- 27 Na língua portuguesa, duas frases compostas dos mesmos constituintes podem descrever diferentes situações, caso varie a ordem dos constituintes nelas empregados, como se observa no seguinte par de frases.
- “Maria leu seus *emails*, bebeu uma xícara de café e abriu a janela da sala.”
“Maria bebeu uma xícara de café, abriu a janela da sala e leu seus *emails*.”
- 28 No diálogo a seguir, em que A, B e C correspondem a personagens, é falaciosa a afirmação de B.
- “A: — Você sabia que C vai trocar de departamento mais uma vez? Apesar de já ter passado por vários departamentos aqui da nossa empresa, C não fica muito tempo em nenhum deles, infelizmente...
B: — Olha, em todos esses departamentos, as pessoas são unânimes em dizer que C é uma pessoa muito incompetente. Não é uma pessoa, nem são duas. São muitas! Na minha opinião, se muitas pessoas dizem isso, deve ser verdade, e C é uma pessoa incompetente mesmo.”
- 29 Na pergunta “Ela continua saindo do trabalho às 16 horas?”, há um conteúdo implícito.
- 30 O argumento a seguir é dedutivamente válido.
- “A maioria dos funcionários que trabalha bem nesta empresa deve receber uma bonificação financeira pelo bom serviço prestado. Ivete é uma funcionária que trabalhou bem nesta empresa. Logo, Ivete deve receber uma bonificação financeira pelo bom serviço prestado.”

Considerando a teoria geral dos direitos fundamentais, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) e a Agenda 2030 da ONU, julgue os itens a seguir.

31 São características dos direitos fundamentais a historicidade, a imprescritibilidade e a relatividade.

32 A Agenda 2030 da ONU reconhece a erradicação da pobreza extrema, em todas as suas formas e dimensões, como o maior desafio global e um requisito indispensável para se atingir o desenvolvimento sustentável.

33 As chamadas gerações ou dimensões dos direitos fundamentais sucedem-se, ao longo do tempo, de modo substitutivo.

34 A DUDH assegura a todo ser humano o direito a uma nacionalidade e veda a sua supressão arbitrária.

35 A DUDH rechaça todas as formas de escravidão, porém é silente quanto ao tráfico de pessoas escravizadas, o que se justifica pelo momento histórico de sua edição.

Julgue os próximos itens de acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência e as Leis n.º 10.048/2000 e n.º 10.098/2000.

36 O dispositivo da Lei n.º 10.048/2000 que assegura às pessoas com deficiência o direito a atendimento prioritário prevê que as pessoas com transtorno do espectro autista terão preferência frente a gestantes e lactantes, bem como que as pessoas idosas terão preferência em relação a todas as demais.

37 O Estatuto da Pessoa com Deficiência instituiu o cordão de fita com desenhos de girassóis como símbolo nacional de identificação de pessoas com transtornos mentais, condicionando ao uso desse acessório o exercício de determinados direitos e garantias previstos no estatuto.

38 As normas gerais e os critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida devem ser observados tanto na zona urbana quanto na zona rural.

39 Faculta-se à pessoa com deficiência a dotação do processo de tomada de decisão apoiada.

40 O Estatuto da Pessoa com Deficiência contém tanto disposições cíveis quanto disposições de natureza penal.

Com base no Regimento Interno do TRF da 6.ª Região, julgue os itens a seguir.

41 O titular da relatoria, ainda que vencido no mérito do recurso ou de ação originária, fica prevento para processos conexos ainda pendentes de julgamento ou que venham a ser distribuídos subsequentemente.

42 O pedido de vista formalizado por algum dos integrantes do órgão colegiado não impede que os demais julgadores profiram o voto na sessão de julgamento.

43 O julgamento das ações penais originárias e dos *habeas corpus* independe da sua inclusão em pauta.

44 Compete ao Plenário do TRF da 6.ª Região julgar as revisões criminais dos julgados das seções desse tribunal.

45 No âmbito do TRF da 6.ª Região, o julgamento de *habeas corpus* no qual figure como autoridade coatora magistrado de primeiro grau é de competência das turmas do tribunal.

46 A alegação de nulidade sanável apresentada por uma das partes na preliminar implica a conversão do julgamento em diligência, podendo o titular da relatoria ordenar, se necessário, a remessa dos autos ao primeiro grau.

47 As decisões da Presidência do TRF da 6.ª Região formalizadas no âmbito das requisições de pagamento, seja no caso de precatórios, seja no caso de requisições de pequeno valor, admitem recurso administrativo para o Plenário.

48 As seções do TRF da 6.ª Região podem editar súmulas de jurisprudência, quando presente relevante questão de direito em relação à qual seja conveniente a fixação de tese acerca da jurisprudência desse tribunal.

49 O incidente de resolução de demandas repetitivas destina-se à solução de questões apenas de direito material com potencial de repetição em processos individuais ou coletivos e risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica.

50 A solicitação de preferência para o julgamento de processo incluído em pauta é prerrogativa exclusiva do Ministério Público.

Espaço livre

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

A respeito de aspectos atinentes ao processo licitatório, julgue os itens a seguir.

- 51 O processo licitatório para registro de preços será realizado na modalidade concorrência ou pregão, devendo ser adotado como critério de julgamento o menor preço ou o maior retorno econômico.
- 52 A Lei n.º 14.133/2021 define credenciamento como o procedimento seletivo prévio à licitação, convocado por meio de edital e destinado à análise das condições de habilitação dos interessados.
- 53 O incentivo à inovação e ao desenvolvimento sustentável é um dos objetivos a serem buscados no âmbito do processo licitatório, conforme expressamente previsto pela Lei n.º 14.133/2021.
- 54 A contratação direta para a aquisição de materiais é autorizada em caso de inviabilidade de competição e, nessa hipótese, deverá ser instruída com documento idôneo que comprove que o objeto é fornecido por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, sendo vedada a preferência por marca específica.

Em relação à organização da administração pública, aos poderes administrativos e aos agentes públicos, julgue os itens subsecutivos.

- 55 A administração pública indireta contempla os consórcios públicos constituídos sob a forma de associação pública, dada a personalidade jurídica de direito público que lhes caracteriza.
- 56 Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário exercem funções típicas e atípicas, contudo, entre eles, somente o Poder Executivo não desempenha a função jurisdicional.
- 57 Segundo jurisprudência mais recente do STF, as fases de ordem, consentimento, fiscalização e sanção do poder de polícia são todas delegáveis em situações excepcionais.
- 58 Os jurados convocados para o tribunal do júri são considerados agentes públicos, na categoria de agentes particulares colaboradores, também denominados agentes honoríficos.

Com base na Lei de Acesso à Informação (Lei n.º 12.527/2011) e na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais — LGPD (Lei n.º 13.709/2018), julgue os itens que se seguem.

- 59 Para fins da LGPD, os dados anonimizados são considerados, em regra, dados pessoais.
- 60 No caso de indeferimento do pedido de acesso a informação, o interessado poderá apresentar recurso, que deverá ser dirigido à autoridade responsável pela negativa, contudo, se esta não implementar o juízo de reconsideração, ela deverá encaminhar o recurso para a autoridade hierarquicamente superior.
- 61 O tratamento de dados pessoais só poderá ser realizado nas hipóteses taxativas previstas na LGPD, que incluem, por exemplo, a situação em que tal tratamento de dados visa ao exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral.
- 62 Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso à informação aos órgãos públicos da administração direta de quaisquer dos Poderes, desde que se identifique, especifique a informação requerida e, caso demandado, apresente os motivos determinantes da solicitação.

Com relação aos princípios fundamentais e aos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988 (CF), bem como à aplicabilidade das normas constitucionais, julgue os itens a seguir.

- 63 São fundamentos da República Federativa do Brasil, entre outros, a soberania, os valores econômicos do trabalho e da livre iniciativa e o repúdio ao terrorismo e ao racismo.
- 64 A previsão constitucional segundo a qual é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, desde que atendidas as qualificações profissionais estabelecidas por lei, é exemplo típico de norma constitucional de eficácia plena.
- 65 A renúncia da nacionalidade brasileira por indivíduo que expressamente a requerer perante autoridade competente impede a reaquisição da nacionalidade brasileira originária.
- 66 A CF garante a livre manifestação do pensamento, vedado o anonimato.

Com base nas disposições constitucionais acerca da organização político-administrativa do Estado, da administração pública, e dos Poderes Executivo e Legislativo, julgue os itens a seguir.

- 67 Em caso de crime de responsabilidade cometido pelo Presidente da República, o julgamento caberá ao Senado Federal.
- 68 No sistema constitucional de repartição de competências, são reservadas à União as competências que não lhe sejam vedadas pela CF e que não tenham sido atribuídas a estados e municípios.
- 69 A CF proíbe que vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão sejam incorporadas à remuneração do cargo efetivo.
- 70 A discussão e a votação de projeto de lei de iniciativa dos tribunais superiores terão início no Senado Federal.

No que se refere ao Poder Judiciário e às funções essenciais à justiça, julgue os itens a seguir, de acordo com a CF.

- 71 No exercício de suas atribuições constitucionais, caso se depare com crime contra a administração pública, o Conselho Nacional de Justiça poderá enviar representação ao Ministério Público.
- 72 Poderão ser ajuizados processos contra a União na seção judiciária do Distrito Federal, ainda que o autor seja domiciliado em outro estado da Federação.
- 73 As ações rescisórias e as revisões criminais de julgados de um tribunal regional federal são de competência do Superior Tribunal de Justiça.
- 74 É permitido a juízes e membros do Ministério Público receber, a título de bonificação remuneratória, percentual de custas ou participação em processo.

Julgue os itens que se seguem, relativos à administração pública.

- 75 A indistinção entre bens públicos e privados é uma característica do patrimonialismo na administração pública.
- 76 A cultura organizacional é composta por três níveis, e os artefatos, por comporem o nível mais profundo, representam o núcleo constitutivo dessa cultura.
- 77 Salário percebido, reconhecimento e responsabilidade para a tomada de decisões são variáveis que afetam a qualidade de vida no trabalho.
- 78 No Brasil, a nova administração pública visa promover o empreendedorismo governamental ao posicionar o Estado como catalisador da economia brasileira.

Julgue os itens a seguir, no que se refere a aspectos estratégicos da gestão organizacional.

79 As principais ferramentas para a análise estratégica organizacional são o planejamento estratégico, para análise interna, e o *balanced scorecard*, para análise externa.

80 Objetivos táticos são hierarquicamente inferiores aos objetivos operacionais.

81 Na tomada de decisões, deve-se buscar a solução ideal, o que exige análise de todas as alternativas de ação possíveis.

82 Na departamentalização por projetos, pode-se definir a estrutura organizacional com base em projetos ainda em estudo.

83 No processo decisório, a racionalidade limitada é um fator de subjetividade associado à insuficiência de informações.

Acerca de gestão de processos e gestão de projetos, julgue os itens subsequentes.

84 A gestão de projetos envolve atividades continuadas, a exemplo do atendimento ao público.

85 Na gestão de projetos, os entregáveis devem ser produtos ou serviços tangíveis.

86 A gestão por processos gerencia indicadores de qualidade e, também, indicadores de saída.

Acerca da administração de recursos materiais e patrimoniais, julgue os itens a seguir.

87 Na gestão patrimonial, consideram-se intangíveis recursos como equipamentos, instalações, marcas e produtos.

88 As atividades básicas de administração de materiais e patrimônio incluem aquisição, distribuição e desfazimento de bens, com foco na otimização de recursos e na minimização de desperdícios.

89 A quantidade de determinado produto em estoque que garanta a continuidade do processo produtivo da empresa, até que o novo produto encomendado chegue, é conhecido como ponto de pedido.

90 A atribuição de um código aos produtos possibilita a utilização de sistemas automatizados que contribuem para o controle contábil do estoque.

91 A principal finalidade do setor de administração de recursos materiais na empresa é controlar o fluxo de entrada de materiais.

Julgue os itens subsequentes, que dizem respeito a compras, previsão e controle de estoque nas organizações.

92 O inventário consiste na constatação da existência dos materiais disponíveis na empresa por meio da verificação dos dados contabilizados em seus registros.

93 O setor de compras é um subsistema do departamento de administração de materiais e entre as atividades nele desenvolvidas estão as de coleta de informações de preço do produto, acompanhamento do pedido e seleção de fornecedores.

94 O inventário geral, considerado a ferramenta de maior relevância nos processos internos da empresa, dadas as vantagens econômicas que confere à organização, é realizado ao longo do ano, sem a necessidade de paralisação dos setores da empresa.

95 Entre as atribuições do setor de compras em uma empresa, destaca-se a busca por parcerias de longo prazo, com vistas a garantir o fornecimento de bens ou serviços conforme as especificações desejadas.

96 O gráfico denominado dente de serra demonstra as oscilações no estoque de produtos em uma empresa, permitindo a análise do estoque para a tomada de decisão.

97 Siglas como PEPS, UEPS, PP, LEC, Emax, Emin e TR são amplamente utilizadas na gestão de estoques para representar métodos de controle, classificação, fórmulas, entre outras práticas.

98 Na análise da curva ABC aplicada à gestão de estoques, a letra C representa os itens que, embora em pequenas quantidades, apresentam alto valor e devem ser rigorosamente controlados.

Julgue os itens a seguir, referentes a técnicas orçamentárias.

99 A expressão monetária dos recursos alocados é uma característica que distingue o orçamento-programa de outras técnicas orçamentárias.

100 No orçamento clássico ou tradicional, a elaboração orçamentária tem viés incremental, objetivando a introdução de pequenos ajustes nas receitas e despesas.

Os princípios orçamentários são evidenciados em normas gerais que, por sua relevância e abrangência, fundamentam o processo orçamentário no âmbito das entidades públicas. A esse respeito, julgue os itens que se seguem.

101 A necessidade de classificação das despesas de acordo com os fins ou objetivos e os respectivos meios decorre do princípio da programação.

102 O fato de o projeto de lei orçamentária do exercício de determinado ano não ser votado até o encerramento do exercício anterior implica o descumprimento dos princípios da publicidade e da transparência.

Considerando o contexto normativo dos instrumentos de planejamento orçamentário, tais como plano plurianual (PPA), lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e lei orçamentária anual (LOA), julgue os próximos itens.

103 Os objetivos e metas da administração pública a serem estabelecidos no PPA para um dado período restringem-se às despesas relativas aos programas de duração continuada.

104 A compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes na LDO deve ser demonstrada em anexo que acompanha a LOA.

105 Quando houver descumprimento de alguma das metas fiscais definidas para determinado exercício, impõe-se a indicação, no anexo de metas, das respectivas medidas mitigadoras.

106 As metas de política fiscal devem ser estabelecidas na LDO, em consonância com a trajetória sustentável da dívida pública.

Receitas e despesas públicas devem ser adequadamente apresentadas nos instrumentos de planejamento e nos relatórios de acompanhamento e prestação de contas para subsidiar as atividades de controle e transparência da execução orçamentária. A respeito das classificações orçamentárias, julgue os itens subsequentes.

107 A classificação por esfera orçamentária permite identificar se uma despesa integra o orçamento fiscal, o orçamento da seguridade social ou o orçamento de investimento das empresas estatais.

108 Tanto as receitas orçamentárias quanto os ingressos extraorçamentários devem ser classificados segundo a natureza da receita.

Os créditos adicionais consistem em instrumento previsto em lei para corrigir falhas de estimativa ou imprevisibilidades no orçamento anual dos entes públicos. À luz dos normativos aplicáveis a esses créditos, julgue os itens subsecutivos.

- 109 A anulação de dotações orçamentárias deve ser preferencialmente usada como fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais quando não houver superávit financeiro do exercício anterior.
- 110 As falhas de previsibilidade no orçamento de um dado exercício devem ser corrigidas exclusivamente com a abertura de créditos extraordinários.

Em relação a finanças públicas e funções do Estado, julgue os itens a seguir.

- 111 São funções do Estado as políticas alocativas e distributivas, cabendo a função estabilizadora ao mercado, que se autoajusta em função da flexibilidade de preços e salários.
- 112 A intervenção do Estado na economia é prescindível no caso de mercados incompletos, definidos como aqueles em que determinado bem ou serviço não é ofertado, ainda que seus custos de produção estejam abaixo dos preços que potenciais consumidores estariam dispostos a pagar.
- 113 Os bens públicos, cujo consumo é indivisível e segue o princípio da não exclusão, são falhas de mercado que justificam a presença do Estado na economia.
- 114 A equidade tributária pode ser alcançada tanto pelo princípio do benefício, segundo o qual cada indivíduo paga pelo benefício de determinado bem público, quanto pelo princípio da capacidade de pagamento, segundo o qual indivíduos com maior renda pagam mais tributos.

Julgue os próximos itens, relativos à teoria da tributação e ao conceito de federalismo fiscal.

- 115 Os tributos diretos são aqueles que incidem diretamente sobre a renda de um indivíduo, conforme o princípio da capacidade de pagamento.
- 116 Os tributos sobre o consumo de bens são considerados progressivos, pois os indivíduos que consomem mais pagam mais impostos.
- 117 O federalismo fiscal, que consiste na distribuição de competências e de tributos entre as esferas de governo, permite que a arrecadação tributária seja equânime no país, tanto entre esferas do governo como entre os entes da Federação.

Julgue os itens subsecutivos, a respeito de déficit público e seu financiamento bem como de indicadores financeiros.

- 118 A variação da dívida líquida do setor público em determinado ano corresponde ao resultado das necessidades de financiamento do setor público, reduzido de privatizações e acrescido de outros ajustes patrimoniais.
- 119 Para fins de financiamento do déficit público e obtenção de receitas tributárias, a elevação de alíquotas de impostos pode ser contraproducente a partir de determinado nível.
- 120 No resultado primário das contas do governo, consideram-se as necessidades de financiamento do setor público no conceito nominal, que incluem as despesas com juros incidentes sobre a dívida e as receitas de juros advindas de aplicação das reservas internacionais.

Espaço livre